



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 11 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 1 de fevereiro de 2012

DIÁRIO DO AMAZONAS Justiça aceita mais uma denúncia contra a ex-superintendente da Suframa, Flávia Grosso 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Demissões no PIM atingiram 1.162 pessoas em janeiro 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo segura investimentos em 2011 e garante cumprimento da meta fiscal 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO No Brasil, indústria fecha 2011 com avanço de só 0,3% 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO MEC gasta R\$ 110 mi em tablets sem plano pedagógico prévio 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Balança deve registrar déficit de US\$ 1 bi 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO COMMERCIO ONLINE Barreira argentina 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA MDIC MDIC detém novamente importação de lápis de Taiwan 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Chuvas pioram condições de tráfego no Distrito Industrial de Manaus 9 VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREA NETO Ministério discute encaminhamentos do OCTA com a SUFRAMA 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
BEM PARANÁ A eternização da Zona Franca de Manaus 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>		EDITORIA
	TÍTULO Justiça aceita mais uma denúncia contra a ex-<u>Superintendente da Suframa, Flávia Grosso</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Flávia responde a outros três processos por improbidade administrativa da época que era a titular da Suframa. Ela pediu exoneração do cargo em outubro do ano passado.

Manaus - A juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara Cível Federal, acatou, nesta terça-feira (31), uma denúncia do **Ministério** Público Federal (MPF) contra a ex-chefe da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, **Flávia Grosso**, por improbidade administrativa. Ele é acusada de irregularidades na contratação do escritório de advocacia Brasília Consultores Associados S/S Ltda., no valor de R\$ 120 mil, para elaboração de parecer jurídico, sem licitação.

Segundo a assessoria do MPF, a decisão de Jaiza foi o mérito da liminar concedida em fevereiro de 2011, quando a Justiça Federal reconheceu as provas dos crimes de lesão ao patrimônio Público e enriquecimento ilícito e determinou o bloqueio de bens de Flávia, do ex-**Superintendente** adjuto da

autarquia, Plínio Ivan Pessoa e do procurador federal Eduardo Bonates Lima. O trio passa da condição de denunciado para réu no processo.

Em sua denúncia, o MPF alega que está evidente a má gestão dos recursos e o dano ao patrimônio público porque as atividades de consultoria e assessoria jurídica da União são privativas dos advogados públicos federais, de modo que todos os processos devem ser encaminhado para outras unidades da Advocacia Geral da União (AGU) no **Amazonas** ou para a Adjuntoria de Consultoria do órgão em Brasília.

Flávia responde a outros três processos por improbidade administrativa da época que era a titular da **Suframa**. Ela pediu exoneração do cargo em outubro do ano passado.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Demissões no PIM atingiram 1.162 pessoas em janeiro	
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE

Manaus - Pelo menos 1.162 demissões foram homologadas, em janeiro, nos respectivos sindicatos dos trabalhadores dos setores Eletroeletrônicos, Duas Rodas, Plástico, Químico e Farmacêutico do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**. A homologação de novos desligamentos está prevista, segundo as entidades. O total de admissões efetuadas nesse mesmo período ainda não foi divulgado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do **Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)**.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas**, apenas do setor Eletroeletrônico foram feitas 819 homologações de demissões em janeiro, sendo 470 da Semp Toshiba. “No total, a empresa demitiu 750 trabalhadores de novembro a dezembro, as demissões das últimas sexta e segunda-feira ainda não foram homologadas”, disse o presidente da entidade, Valdemir Santana.

Em nota, a Semp Toshiba afirmou que “a movimentação de funcionários ocorrida nas últimas semanas, em sua unidade de **Manaus**, consistiu em uma adequação natural de seu quadro de pessoal em vista da sazonalidade de **mercado** e da projeção de demanda para os próximos meses”.

A empresa foi notificada anteontem pela Secretaria de Estado de Planejamento e **Desenvolvimento** Econômico (Seplan) e terá 72 horas para apresentar a documentação comprobatória de benefícios sociais e formulário do Caged, enviado ao MTE, entre janeiro e dezembro de 2011.

Segundo o secretário adjunto de Política Industrial da Seplan Appio Tolentino, somente após a análise do quadro de pessoal será possível atestar se as demissões estão em patamares aceitáveis, considerando questões como conjuntura econômica, rotatividade e atendimento de demanda

específica. Caso contrário, serão adotadas medidas previstas em lei, que estabelecem até suspensão de incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

Já o titular da **Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)**, Thomaz Nogueira, disse que com a **produção**, o benefício será previamente estabelecido. “Mas, de toda forma, ela tem um compromisso mínimo de geração de empregos, de acordo com o que foi aprovado no projeto”. O **Superintendente** lembrou que em janeiro de 2011, a Semp Toshiba tinha 2.040 funcionários, chegando a 2.600 em outubro. “Com essas demissões, ela fica com 2.005 funcionários, dentro de um patamar aceitável”. Thomaz Nogueira frisou que continuará acompanhando o caso.

Outros segmentos

Do polo de Duas Rodas foram registradas 203 homologações. A maioria concentrada nas fábricas da Moto Honda (90), J. Toledo/Suzuki (43) e Kasinski (30). “Mais estão previstas na J. Toledo e na Kasinski, considerando os números repassados pelos diretores de base que têm acesso à informação na empresa”. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Material Plástico de **Manaus** disse que em torno de 100 demissões foram registradas em janeiro. Nesse período, foram demitidas cerca de 40 trabalhadores nos setores representados pelo Sindicato dos trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de **Manaus**.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo segura investimentos em 2011 e garante cumprimento da meta fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**ADRIANA FERNANDES, FERNANDO NAKAGAWA /
BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo**

O governo derrubou o ritmo de crescimento dos investimentos e segurou as emendas dos parlamentares para conseguir cumprir praticamente no "alvo" a meta fiscal do ano passado. Com uma folga de apenas R\$ 810 milhões, as contas do setor público - que incluem o **Governo Federal**, Estados e municípios - fecharam 2011 com um superávit primário de R\$ 128,7 bilhões, o equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O superávit primário é a sobra de caixa para pagar os juros da dívida pública.

Mesmo num cenário de aumento da arrecadação do **ICMS** e das transferências de receitas da União, os Estados e municípios e suas estatais não conseguiram cumprir a meta prevista para 2011, o que obrigou o **Governo Federal** a cobrir a diferença. Embora positivos, os dados fiscais divulgados ontem pelo Banco Central (BC) apontam para um cenário ainda mais difícil e complexo em 2012, o que alimenta desconfianças dos analistas em relação à capacidade de cumprimento da chamada meta cheia, sem abatimentos.

A equipe econômica terá de conciliar a pressão maior de gasto - num quadro de desaceleração do ritmo de crescimento das receitas - com a exigência da presidente Dilma Rousseff de aumento dos investimentos públicos para acelerar a expansão do **PIB**. Também será mais difícil para

Estados e municípios, em ano de eleições e aumento das despesas de investimentos já contratados, conseguirem cumprir a meta fiscal ainda mais ambiciosa do que a do ano passado que não foi alcançada. A meta para os governos regionais é R\$ 6,7 bilhões maior em 2012 do que a de 2011.

Com gordura no superávit para o cumprimento da meta nos últimos meses do ano (em novembro, 99% da meta já estava cumprida), o **Ministério** da Fazenda calibrou a execução do Orçamento e acelerou os gastos em dezembro para reduzir a pressão de despesas em janeiro, que deverão apontar um recuo. Mas a área técnica reconhece que as incertezas com o comportamento do **PIB** e da arrecadação devem dificultar o trabalho este ano.

Inflexão. Para o economista-chefe da Corretora Convenção, Fernando Tullett, a "inflexão" dos gastos do **Governo Federal** em 2011, que cresceram abaixo do chamado **PIB** potencial do **Brasil** (quanto o País pode crescer sem pressionar a inflação), foi **importante** para ajudar o BC na política monetária, porque gerou um efeito de contração da demanda.

"Cumpriu o objetivo, mas foi um pouco diferente do prometido. No começo do ano passado, o governo dizia que cortaria especialmente gastos de custeio, mas a meta foi cumprida porque a arrecadação aumentou bastante e investimentos foram controlados", disse o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO No Brasil, indústria fecha 2011 com avanço de só 0,3%		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Apesar de ensaiar recuperação no final do ano, a produção industrial brasileira fechou 2011 com crescimento de só 0,3%, diz o IBGE.

O resultado foi afetado pela concorrência com os importados e pela dificuldade em exportar. Para este ano, analistas esperam avanço entre 1% e 2%.

Indústria tem 2011 fraco, mas analistas preveem melhora

À exceção de 2009, quando houve recessão, resultado da produção do país ano passado foi o pior desde 2003

Medidas de estímulo começam a surtir efeito, mas setor reivindica ações para aumentar competitividade

PEDRO SOARES

DO RIO

MARIANA CARNEIRO

DE SÃO PAULO

Apesar de ensaiar uma recuperação em novembro e em dezembro, a indústria fechou 2011 com um fraco crescimento, após se manter estagnada durante todo o ano passado.

A produção industrial avançou apenas 0,3% em 2011, segundo o IBGE. Resultado da concorrência com os importados e também da dificuldade em exportar em um momento de crise no exterior.

À exceção de 2009, quando a produção fabril recuou 7,4% devido à crise global, o resultado de 2011 é o pior desde 2003. Naquele ano, o país sofria os efeitos da disparada do dólar e da inflação.

Diante da recuperação em novembro (0,2%) e em dezembro (0,9%), analistas esperam um 2012 um pouco melhor, mas ainda devagar.

Preveem um crescimento do setor entre 1% e 2%, inferior à expansão prevista para a economia, cerca de 3%.

"Há uma situação melhor do que até outubro, mas a indústria, olhando um período mais longo, ainda está em terreno negativo", disse o gerente da pesquisa de Indústria do IBGE, André Macedo. Segundo o IBGE, a produção nas fábricas é hoje inferior à de um ano atrás.

Para o economista Rafael Baccioti, da Tendências, as medidas de estímulo adotadas pelo governo começam a surtir efeito sobre a expectativa de empresários, mais otimistas neste começo de ano.

O Banco Central começou a cortar a taxa de juros em agosto e avisou que deverá chegar à casa dos 9% nos próximos meses. Além disso, produtos como fogões e máquinas de lavar estão com IPI reduzido até março.

Segundo economistas, esse benefício provocou um salto de 7% na produção de bens duráveis em dezembro. No ano, o segmento teve queda de produção de 2%.

O governo também fez desonerações de impostos que incidem sobre a folha de pagamentos de setores mais afetados pela concorrência de importados, como o têxtil.

Ainda assim, segundo o gerente de Política Econômica da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Flávio Castello Branco, é pouco para aumentar a competitividade da indústria, prejudicada por uma infraestrutura precária e elevada carga tributária.

"Desonerações tópicas não favorecem o setor como um todo", afirmou ele, que prevê alguma melhora para a indústria em 2012.

Nesse conjunto de más notícias, a exceção foi o segmento de bens de capital, que registrou aumento de 3,3% da produção no ano. Foi puxado pelas vendas ao setor de construção e de transporte.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO MEC gasta R\$ 110 mi em tablets sem plano pedagógico prévio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Valor é o mínimo estimado em leilão; Ministério vai comprar, com Estados e municípios, 900 mil máquinas

Governo reconhece que métodos de ensino serão desenvolvidos na prática; professores e alunos usarão aparelho

BRENO COSTA

RENATO MACHADO

DE BRASÍLIA

O MEC (**Ministério** da Educação) vai gastar sozinho cerca de R\$ 110 milhões na compra de tablets para serem usados em sala de aula sem ter produzido um estudo definitivo sobre o uso pedagógico dos aparelhos.

Conforme a Folha revelou ontem, o MEC iniciou na semana passada, sem alarde, uma licitação para a aquisição de 900 mil tablets.

A compra total será de, ao menos, R\$ 330 milhões, valor mínimo estimado em leilão. Só um terço dos aparelhos ficará com o MEC. O restante deverá ser adquirido por Estados e municípios.

Questionada, a pasta afirmou que o **desenvolvimento** do método pedagógico vai acontecer na prática, após a aquisição das máquinas.

Os equipamentos serão usados na formação de núcleos, como parte de um plano piloto, em que professores e alunos trabalharão com os tablets para depois disseminarem o aprendizado.

Para efeitos de comparação, o programa Um Computador Por Aluno, do qual a compra dos tablets faz parte, teve um início diferente. Na ocasião, foram fechadas parcerias com universidades que trabalharam no **desenvolvimento** de conteúdo e na avaliação da nova tecnologia.

Coordenadora do programa ministerial no Sul e no **Amazonas**, a pesquisadora da UFRGS (Federal do Rio

Grande do Sul) Léa Fagundes é favorável ao uso do tablet, mas diz que a discussão sobre a compra do aparelho não passou por pedagogos.

A única audiência pública realizada pelo MEC para subsidiar a compra, em agosto, envolveu só aspectos técnicos, como sistema operacional e tamanho de tela, e não as questões educacionais.

O receio dela é que o tablet seja usado para reforçar o padrão educacional existente. "Tenho medo é de que os governos estejam comprando porque nele cabem 300 livros didáticos. Então, o paradigma não muda", diz.

AUTONOMIA

O plano do MEC vai nessa direção. A pasta afirma que uma das vantagens do tablet é poder incluir toda a biblioteca do FNDE (Fundo Nacional de **Desenvolvimento** da Educação) num aplicativo.

O professor da PUC-SP Fernando José de Almeida diz que o MEC só deve dar a diretriz inicial, cabendo a Estados e municípios cuidar de projetos pedagógicos.

Almeida também defende que uma parte do aprendizado seja feito na própria sala de aula. "Precisa ter um plano pedagógico, mas também é necessário dar autonomia aos professores", afirma.

O edital para a compra dos equipamentos foi lançado no fim do ano passado, ainda na gestão de Fernando Haddad.

O seu substituto, Aloizio Mercadante, é um entusiasta do uso da tecnologia na educação. Em sua posse, dedicou boa parte do discurso para tratar dos benefícios de computadores, tablets e outros.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Balança deve registrar déficit de US\$ 1 bi		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Último resultado comercial negativo havia sido há 2 anos

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. A menos que, de um dia para o outro, seja registrada às pressas alguma megaoperação de vendas ao exterior por empresa brasileira de grande porte no Sistema Integrado de **Comércio** Exterior (Siscomex), o governo anunciará hoje um déficit próximo a US\$ 1 bilhão na balança comercial de janeiro. O último saldo negativo mensal fora contabilizado no mesmo mês de 2010, no valor de US\$ 181 milhões. O motivo é que o mundo, além de mais protecionista, está comprando menos.

Até a terceira semana de janeiro, as **importações** haviam superado as **exportações** em US\$ 1,2 bilhão. No acumulado mensal, as vendas de minérios caíram 40,6% ante janeiro de 2011. Também houve reduções significativas nos

embarques de açúcar (44,2%) e suco de laranja (75,9%) - devido a barreiras dos EUA.

Desde a primeira semana de janeiro, quando houve déficit de US\$ 105 milhões, a balança está no vermelho. Na segunda semana, o saldo foi negativo em US\$ 589 milhões e, na terceira, em US\$ 579 milhões.

O câmbio também exerceu influência nos últimos resultados semanais. Mesmo com as medidas de restrição a **importados**, o real valorizado torna o produto estrangeiro mais barato.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO ONLINE	EDITORIA	
	TÍTULO Barreira argentina		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A **exportação** para a Argentina passa a ser dificultada a partir desta semana, quando entram em vigor medidas protecionistas que inibem o **comércio** internacional. Exigências burocráticas que incluem licenças antecipadas de **importação** e comunicados detalhados por e-mail preocupam os empresários brasileiros. Diversos produtos integram a pauta de **exportações do Brasil** para o país vizinho, como motos e aparelhos eletrônicos produzidos na **Zona Franca de Manaus**. Para se ter uma ideia do grau da burocracia, figura entre os detalhes solicitados a data de embarque e desembarque do produto. Acontece que, enquanto o governo argentino não aprovar a operação, é impossível saber em qual data será efetivada.

A reação tem sido forte entre o empresariado brasileiro. “Podemos rasgar o **Mercosul**”, disse Roberto Gianetti da Fonseca, diretor da Fiesp. De fato, a implantação de dois formulários diferentes e de um prazo de dez dias para a aprovação de cada pedido de **importação** significa um retrocesso no âmbito do **mercado** comum, empatando relações comerciais que deveriam, pelo contrário, ser facilitadas. Cada vez mais o bloco econômico sul-americano se revela como uma ficção. Notadamente com um parceiro menos interessado no apoio dos outros do que decidido a assumir sozinho a conta de suas próprias mazelas – que não tem condições de pagar. As medidas – na prática, anti-**importação** – refletem a indisposição do governo de Cristina Kirchner para o **Mercosul**, e a evolução da política, nem sempre sutil, de inibir a **importação** de produtos brasileiros.

Enquanto a crise financeira se acentua na Europa, a cooperação em nosso continente seria aconselhável, como afirmou em entrevista para a Folha de S.Paulo o ex-ministro da Economia da Argentina Martin Lousteau. “Os países do **Mercosul** estão perdendo tempo discutindo travas internas sem ter claro o que vem por aí. A crise global vai ser dura para todos nós. A região teria de encontrar um modo de defender-se unida”. A barreira argentina, contudo, vai na direção inversa, comprometendo o futuro do bloco e de suas nações.

A Câmara Argentina de **Comércio** e a União Industrial Argentina tentam exercer alguma pressão institucional para reverter a tendência protecionista, mas o problema deve se acentuar ao longo dos próximos meses, caso os procedimentos sejam de fato seguidos e as operações entrem numa fila desnecessária e lenta para serem efetuadas. A declaração do ministro Fernando **PIMentel**, publicada no jornal La Nación, de que apesar das boas relações políticas, no campo econômico a Argentina é um “problema permanente, difícil de lidar economicamente”, além de desabafo logo após a divulgação das restrições, pode ser apenas o início do conflito comercial que vem por aí. Afinal, é possível que o governo brasileiro resolva usar as mesmas armas, e jogar pesado, fechando as portas para os produtos argentinos. Como fez no ano passado, limitando a entrada de automóveis argentinos. Será uma guerra de dois perdedores, não há dúvida – no entanto necessária, diante da insensatez da Casa Rosada.

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO MDIC detém novamente <u>importação</u> de lápis de Taiwan		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Brasília (26 de janeiro) – Foi publicada hoje, no Diário Oficial da União (DOU), a Portaria nº 4 da Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex) do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** que conclui mais uma investigação sobre falsa declaração de origem e que indefere o pedido de licença de **importação** para lápis de grafite e lápis de cor, caracterizados como lápis de madeira com diâmetro de 7 a 8 mm (NCM 9609.10.00), comercializados por uma empresa taiwanesa.

Com o término da investigação, ficou comprovado que a empresa não cumpria as condições necessárias para a **mercadoría** ser considerada originária de Taiwan, conforme regras definidas pela Resolução nº 80/2010 da Câmara de **Comércio** Exterior (Camex).

Eventuais novas solicitações de licenças da empresa taiwanesa investigada serão automaticamente indeferidas até

que a mesma possa comprovar o cumprimento da legislação brasileira. O pedido de licença de **importação** objeto da investigação era para a comercialização de um lote no valor de US\$ 368.263,02.

Essa é a quarta investigação de falsa declaração de origem concluída sobre lápis. Nas investigações anteriores (Portaria nº 41/2011, Portaria nº 47/2011 e Portaria nº 3/2012), a Secex também chegou à conclusão de que as operações não cumpriam com a legislação brasileira com o indeferimento das licenças de **importação** correspondentes.

O **Brasil** cobra direito antidumping de lápis de madeira originários da China desde 1997. A última revisão dos referidos direitos foi estabelecida pela Resolução Camex nº 2/2009 e instituiu direito antidumping ad valorem de 201,4% para lápis com mina de grafite e 202,3% para lápis com mina de cor.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Chuvas pioram condições de tráfego no <u>Distrito Industrial de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Principais vias estão esburacadas, o que aumenta riscos de acidentes.

Suframa ainda não deu resposta sobre o problema.

Carlos Eduardo Matos Do G1 AM

Na Avenida Solimões, buraco no meio da pista de concreto gera risco para motoristas (Foto: Carlos Eduardo Matos/G1 AM)

As chuvas em **Manaus** ficaram mais intensas e as condições de tráfego nas ruas e avenidas do **Distrito Industrial** (DI) 1 e 2, nas Zonas Sul e Leste de **Manaus**, voltaram a ficar precárias. A responsabilidade pela manutenção da malha viária na área industrial é da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus** (**Suframa**).

Quem reside ou trabalha dentro do maior parque industrial do Norte do País, é obrigado a trafegar por pistas esburacadas e correr o risco de ter o veículo danificado. Além dos buracos, há o problema da má iluminação pública em algumas vias, o que agrava o risco de acidentes.

A reportagem do G1 constatou que a situação é mais grave nas Avenidas Buriti, Solimões e Abiurana, por onde passam milhares de veículos por dia. Na Avenida Solimões o destaque é um buraco aberto na pista de concreto, que dificulta o tráfego em frente à fábrica Tupy Termotécnica.

Falta de manutenção das vias gera prejuízos a motoristas (Foto: Carlos Eduardo Matos/G1 AM)

Para evitar mais acidentes, moradores do bairro Parque Mauá colocaram pedaços de madeira no lugar de

uma sinalização adequada. "Até caminhões já se quebraram nesse buraco imenso. Nunca ninguém veio ver o problema", afirmou o comerciante Anísio Cavalcante, de 42 anos, morador da comunidade.

Na Avenida Buriti, principal via do **Distrito Industrial**, motoristas são surpreendidos com os buracos no meio da pista, sobretudo em frente ao Condomínio Eliza Miranda.

O gerente de loja José Américo Júnior, de 32 anos, por pouco não sofreu um acidente grave, há uma semana. Ele contou que estava com a namorada, à caminho do conjunto Nova República, quando caiu em um buraco. O pneu traseiro da moto dele furou e o aro empenou, precisando ser substituído por outro que custou R\$ 750.

"Todos os anos esta pista fica esburacada. Eu e minha namorada não caímos no chão por milagre. Nunca houve um trabalho sério de recuperação das pistas do **Distrito Industrial**. Só é feito tapa-buraco", afirmou Américo.

Na Avenida Abiurana, buracos se formaram em frente ao bairro Mauzinho e em frente a várias fábricas, após a rotatória da Gilette.

A reportagem do G1 entrou em contato com a **Suframa** nesta segunda-feira (30), mas o **Superintendente** Tomás Nogueira, empossado no cargo no dia 10 de janeiro, informou por meio da assessoria de imprensa, que se pronunciará sobre o caso posteriormente.

Motoristas trafegam no DI em meio a buracos que aumentam após chuvas intensas (Foto: Carlos Eduardo Matos/G1 AM)

	VEÍCULO CORREA NETO	EDITORIA	
	TÍTULO Ministério discute encaminhamentos do OCTA com a SUFRAMA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em visita ao Superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Afonso Nogueira, nesta terça-feira, 31, o diretor do Departamento da América do Sul II, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ministro Clemente Baena Soares, apresentou um panorama dos encaminhamentos dos compromissos assumidos pelos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA).

Os compromissos são frutos da última reunião dos Chanceleres dos respectivos países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) realizada em 22 de novembro de 2011, em Manaus. Por iniciativa do governo brasileiro, algumas ações têm forte direcionamento no desenvolvimento social dos países amazônicos. No entendimento do ministro Baena, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) tem um importante papel de articulação entre as instituições de pesquisa da região para que esse direcionamento seja contemplado.

Uma das propostas avaliada pelo OCTA é a possibilidade de um encontro, em Manaus, para a discussão entre especialistas sobre o desenvolvimento social. Na oportunidade, adiantou o ministro Baena, haveria uma troca de experiências entre os países amazônicos sobre políticas de inclusão social como o programa brasileiro do Bolsa Floresta.

Outra iniciativa é a proposta de implementar um “Observatório Amazônico” que reuniria acadêmicos e cientistas da área de biodiversidade dos países membros, para avaliação de pesquisas relevantes na região que subsidiariam políticas públicas em comum. Nesse contexto, segundo Baena, as instituições de pesquisa da região, entre elas o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) poderiam contribuir para a formação do “Observatório”.

O Superintendente Thomaz Nogueira recebeu com bastante entusiasmo as propostas da OCTA pelo benefício que podem trazer para o desenvolvimento dos países membros, alguns com uma significativa agenda econômica com a Zona Franca de Manaus e outros potenciais mercados para os produtos do Polo Industrial de Manaus (PIM).

	VEÍCULO BEM PARANÁ	EDITORIA	
	TÍTULO A eternização da <u>Zona Franca de Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em vez de esboçar atitudes que sinalizem o interesse em recuperar o equilíbrio estrutural das finanças públicas, tendo como eixos a reestruturação dos dispêndios em favor do investimento e a harmonia federativa, o Governo Federal vem revelando exígua racionalidade orçamentária e extrema benevolência para com o retorno da guerra fiscal.

Prova disso foi a subscrição, por parte da Presidente Dilma Rousseff, ainda em 2010, de projeto de emenda constitucional que propõe a prorrogação das isenções e subsídios de natureza tributária, presentes no modelo da Zona Franca de Manaus (ZFM), até o ano de 2073, e a ampliação da sua abrangência física para a Região Metropolitana de Manaus.

Com isso, o executivo transmitiu a mensagem de um diagnóstico equivocado acerca das oportunidades, problemas e desafios colocados ao desenvolvimento regional brasileiro, pois, essencialmente, a decisão negligenciou a premência do desmanche dos arranjos artificiais que servem apenas para exacerbar os desníveis macrorregionais de geração de emprego e renda no País.

Isso porque, os bônus tributários interferem na capacidade de competição das empresas que atuam em distintos espaços geográficos e incitam o espetáculo das batalhas fiscais, protagonizado pelos vários estados, por meio da proliferação de distintas legislações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, à revelia das orientações do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), assento dos secretários de fazenda das 27 unidades federativas.

Na ausência daquelas vantagens, diga-se de passagem, cobertas com recursos extraídos dos demais agentes sociais (organizações produtivas, governos e consumidores), a preferência locacional para a instalação e operação de atividades fabris recairia, levando-se em conta os aspectos macro e microeconômicos contidos na ciência regional, nos centros dotados de trunfos comparativos sintetizados na proximidade dos mercados (consumidor e provedor), mão-de-obra qualificada, excelência da infraestrutura física e retaguarda científica e tecnológica.

A postura federal também ignorou, ou ao menos retardou, a tarefa crucial de promoção de gradual estruturação de um projeto de desenvolvimento sustentado para a região Amazônica, que seja cada vez menos dependente das benesses estatais, normalmente acopladas à necessidade de acomodação de interesses específicos de grupos políticos e empresariais, comprometidos com a intensificação da concentração de renda e de poder.

Gilmar Mendes Lourenço é Economista, Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), professor do Curso de Economia e Editor da revista "Vitrine da Conjuntura" da FAE e autor do livro "Conjuntura Econômica: Modelo de Compreensão para Executivos". Foi eleito "O Economista Paranaense do Ano de 2011" pelo CORECON/PR e agraciado com o Prêmio Imprensa e Quality TV & Jornais em novembro de 2011. Ele volta a escrever às Quartas-Feiras neste espaço.